

## ***Desenvolvimento rural e a multifuncionalidade da agricultura familiar***

As mudanças nas relações sociais, ambientais e econômicas têm trazido novas reflexões, com o desafio de entender o novo desenvolvimento rural. Nesse sentido, é necessário abandonar a visão reducionista de desenvolvimento rural como apenas agrícola, pois é insuficiente para explicar a realidade com muitas particularidades, como a produção familiar, a transformação da paisagem rural, a multifuncionalidade, uma vez que a finalidade desse desenvolvimento é a promoção e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. Diante desse contexto o objetivo do artigo é verificar como a multifuncionalidade da agricultura familiar pode influenciar no desenvolvimento rural. Este estudo é relevante por contribuir para a compreensão da relação multifuncionalidade, agricultura familiar e desenvolvimento, sendo outra perspectiva de caráter multifacetado. A pesquisa é bibliográfica, possui abordagem qualitativa de caráter descritiva exploratório. Os resultados apontam que a agricultura familiar, pode influenciar no desenvolvimento rural através da manifestação em conjunto das funções da multifuncionalidade: reprodução socioeconômica, segurança alimentar, manutenção do tecido sociocultural, preservação do ambiente natural, tornando-a, agente do desenvolvimento rural, beneficiando as famílias rurais, o ambiente e a sociedade. Sendo assim a multifuncionalidade da agricultura familiar é um instrumento para o alcance do desenvolvimento rural, portanto as políticas públicas deverá considerá-la, após a resolução das necessidades urgentes estabelecidas no meio rural: infraestrutura, habitação, saúde, educação, fomento a agricultura, buscando uma melhor qualidade de vida das populações rurais, alcançando a consolidação de um desenvolvimento rural sustentável e libertatório.

**Palavras-chave:** Qualidade de vida; Ruralidade; Multifuncional.

## ***Rural development and the multifunctionality of family agriculture***

Changes in social, environmental and economic relations have brought new reflections, with the challenge of understanding the new rural development. In this sense, it is necessary to abandon the reductionist view of rural development as just agricultural, as it is insufficient to explain reality with many particularities, such as family production, the transformation of the rural landscape, multifunctionality, since the purpose of this development is to promote and improve the living conditions of rural families. Given this context, the objective of the article is to verify how the multifunctionality of family farming can influence rural development. This study is relevant because it contributes to the understanding of the relationship between multifunctionality, family farming and development, being another perspective with a multifaceted character. The research is bibliographic, has a qualitative approach of exploratory descriptive character. The results show that family farming can influence rural development through the joint manifestation of the functions of multifunctionality: socioeconomic reproduction, food security, maintenance of the sociocultural fabric, preservation of the natural environment, making it an agent of rural development, benefiting rural families, the environment and society. Thus, the multifunctionality of family farming is an instrument for achieving rural development, so public policies should consider it, after solving the urgent needs established in rural areas: infrastructure, housing, health, education, promotion of agriculture, seeking a better quality of life for rural populations, achieving the consolidation of sustainable and liberating rural development.

**Keywords:** Quality of life; Rurality; Multifunctional.

Topic: **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente**

Received: **16/08/2021**

Approved: **17/09/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

**Erica Ribeiro de Sousa Simonetti**

Universidade do Vale do Taquari, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4180557144213764>

[erica.simonetti@ifto.edu.br](mailto:erica.simonetti@ifto.edu.br)

**Julia Elisabete Barden**

Universidade do Vale do Taquari, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/261807077171361>

[jbarden@univates.br](mailto:jbarden@univates.br)



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.009.0030

### **Referencing this:**

SIMONETTI, E. R. S.; BARDEN, J. E.. Desenvolvimento rural e a multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.9, p.387-404, 2021. DOI:

<http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.009.0030>

## INTRODUÇÃO

A importância da agricultura familiar vai além da capacidade de produzir alimentos, uma vez que seu papel é também de conservação de paisagens, da diversidade biológica dos biomas brasileiros, de serviços ecossistêmicos, de culturas, de história, de geração de postos de trabalho. A agricultura familiar tem um importante papel como um indutor do desenvolvimento rural, “seja em termos microsociais, através da elevação do padrão de vida das famílias rurais, seja em termos de dinâmica econômica local e regional” (CONTERATO et al., 2009).

Dessa maneira, investigar e compreender o desenvolvimento rural é um desafio, por ser um campo abrangente e com várias interpretações, podendo-se evidenciar que estudar essa temática não é uma tarefa simples: “Talvez seja exatamente por isso que esse seja um campo tão impressionantemente envolvente e instigante de estudo” (KÜHN, 2015) – ainda que devesse assumir que, por vezes, bastante exaustivo e controverso. O desenvolvimento rural pode ser analisado a partir de quatro dimensões, compreendidas da seguinte forma: 1) dimensão econômica, que se relaciona com as condições estruturais e o desempenho econômico no *locus*, considerando para tanto variáveis como renda, diversificação da produção e produtividade; 2) dimensão sociocultural, na qual se verificam aspectos relativos à qualidade de vida, expressos a partir das variáveis que se relacionam com educação, saúde e assistência social; 3) dimensão política institucional, atrelada às políticas direcionadas ao desenvolvimento e, por fim, 4) a dimensão ambiental, a qual remete às questões de sustentabilidade do ambiente, observadas a partir das variáveis, utilização dos recursos naturais e utilização de agrotóxicos (KAGEYAMA, 2008). Assim, o presente trabalho baseia-se no entendimento de que o desenvolvimento rural é aquele que se refere a áreas rurais com o escopo de melhorar a qualidade de vida da sua população, perpassando por processos de aprimoramento dos próprios recursos e a participação de atores locais.

A multifuncionalidade conceito formulado no contexto social da agricultura da França, visto como um novo olhar sobre a agricultura familiar, pois analisa a interação famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando não apenas fatores econômicos, mas também os modos de vida das famílias na sua integridade. De certa forma, a multifuncionalidade da agricultura colabora para compreensão de processos econômicos, sociais e culturais no meio rural. O entendimento da ideia de multifuncionalidade permite ponderar a interação entre famílias e territórios no bojo da reprodução social. Ela robustece uma dimensão essencial da relação entre território e agricultura familiar. Ademais, valoriza as particularidades do agrícola e do rural, rompendo, assim, com o enfoque setorial, ampliando suas funções, tornando-se responsável também pela conservação dos recursos naturais, patrimônio cultural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (MALUF, 2002).

Com essa visão, o ambiente rural deixa de ser visto exclusivamente como um espaço de produção agrícola e se torna conhecido como um organismo social, complexo e fortemente imbricado ao território por intermédio de suas relações produção e consumo. Devido a essa diversidade no âmbito rural, com realidades distintas, não há uma política única, ou ideal de desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais são distintas e têm diferentes graus, em função de distintos

territórios, culturas e técnicas de emprego da mão de obra e do capital (tecnologia). Diante desse contexto o objetivo do artigo é verificar como a multifuncionalidade da agricultura familiar pode influenciar no desenvolvimento rural. O artigo está dividido em sessões para a melhor compreensão: O ser rural: tipologias e processos do desenvolvimento rural, aborda conceito e a relação rural e urbano, dimensões de análise, e as novas abordagens do desenvolvimento rural. A multifuncionalidade na agricultura familiar, descreve inicialmente a agricultura familiar ( conceitos, dados de produção no Brasil, a mudança de enfoque a atenção para outras funções além da função primária de produzir bens) e as considerações finais. A contribuição do artigo é o entendimento da relação multifuncionalidade, agricultura familiar e desenvolvimento, sendo outra perspectiva de caráter multifacetado.

## **METODOLOGIA**

O trabalho é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007): “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...]” é qualitativa “pois permite a interdependência dinâmica entre o mundo real e o sujeito” (SILVA et al., 2005), descritiva exploratória, pois além de descrever as funções da multifuncionalidade, é realizado análises explicativas envolvendo a agricultura familiar, a multifuncionalidade e sua influência na dimensão econômica, manutenção do tecido social e preservação da cultura e ambiente. Estruturada com uma revisão de literatura de âmbito da agricultura familiar, multifuncionalidade e o desenvolvimento rural utilizando informações de bancos de dados secundários, como relatórios e levantamentos Institucionais, teses, artigos e livros. Essa análise possibilitou o estudo do desenvolvimento desse campo de pesquisa, bem como o delineamento da literatura sobre a temática pesquisada.

## **DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **O Ser Rural: Tipologias E Processos Do Desenvolvimento Rural**

De acordo com Liberman (2009), a definição etimológica da palavra rural, de derivação do latim, é *rūs* (campo), sendo associada à distância de multidões e à tranquilidade e também de primitivo, não sofisticado. O IBGE (2019) define como rural a área externa ao perímetro de um distrito, composta por setores na seguinte situação: rural de extensão urbana, rural, povoado, rural núcleo; rural outros aglomerados, rural, exclusive aglomerados. Pela ocupação econômica da população, urbano e rural são definidos pela natureza das atividades econômicas. O rural está relacionado às atividades primárias, em contraposição ao urbano em relação à população envolvida em atividades secundárias e/ou terciárias. Todavia, Endlich (2006) ressalta que se torna cada vez mais controverso associar o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma determinada atividade econômica, uma vez que: “[...] os defensores do novo rural alertam para as múltiplas atividades que vão sendo desenvolvidas no campo, além das primárias [...] cada vez menos habitantes do campo trabalham na agricultura [...]”.

Já Hite (1999) assevera a dificuldade de conceituar o rural: “O problema de definição mais

fundamental nos estudos de desenvolvimento rural diz respeito ao que significa ser rural”. Esse autor compreende que rural é o espaço residual que não é urbano, devendo ser definido como aquilo que não é, e que não pode ter significado sem referência ao urbano. Por sua vez, Bagli (2006) destaca que, nos espaços rurais, as relações cotidianas são construídas tendo como base uma intensa ligação com a terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados para venda ou consumo, seja por intermédio da criação de animais (pastagens e outras fontes de alimentos). A terra não é apenas chão, mas a garantia de sobrevivência [...].

Por sua vez, Kühn (2015) destaca que há uma interpretação dualista entre as relações rural e urbano: “O rural, o espaço vazio, era responsável por esvaziar-se de pessoas, mandando a mão de obra para o meio urbano, para um maior ‘progresso’”. Além disso, esse espaço, cada vez mais “vazio”, deveria ocupar-se em produzir aquilo que o meio urbano não conseguia, seja por falta de espaço, seja por falta de possibilidade de transformar em processos industriais alimentos e matérias-primas para a indústria. Essa noção associou fortemente o ambiente rural àquele fora da cidade, àquele da atividade agrícola. A autora explica ainda que o ambiente rural tem especificidades que tendem a ser valorizadas e as complexas relações entre seus componentes não podem ser completamente condicionadas pela ação humana, pois é nesse ambiente que há a convivência com aspectos naturais (sejam, ou não, construídos socialmente). Destaca também que as relações sociais estabelecidas são diferentes daquelas que norteiam as relações sociais no ambiente urbano (ambiente em que a produção é controlada unicamente pelo próprio homem).

Favareto (2007) menciona que a ideia de rural é dicotômica: “só existe em relação direta com seu par oposto, tal como acontece com o masculino e o feminino, ou com o sagrado e o profano. Para pensar os termos da relação entre os dois polos, a primeira dificuldade que se impõe é justamente a sua própria delimitação”. Para Abramovay (2000), ruralidade é um conceito de natureza territorial, e não setorial. Em muitos países – entre eles o Brasil –, o rural é definido de tal forma que se associa imediatamente à precariedade e carência. Já para Tavares (2003), o espaço rural deve ser entendido como complementariedade com as cidades, “em que cada um não perde a sua identidade socioeconômica e cultural”. Essa visão dicotômica entre o urbano e o rural associa o rural ao isolamento, ao atraso, à precariedade, à baixa densidade populacional, em ideia oposta ao urbano, que representa progresso, modernidade, em que é possível identificar elementos do “desenvolvimento”. O processo histórico explica a configuração dos territórios e as diferentes conceituações de acordo com as diferentes realidades rurais que foram influenciadas por elementos endógenos e exógenos, ou seja, da própria transformação da agricultura e a adaptação à globalização. De modo geral, dos primórdios até o século XVIII, o rural tinha a maior densidade populacional e uma importância primária para sociedade, ou seja, uma contribuição maior para a economia. Ocorre então uma transformação de pensamento, surgindo a ideia de progresso, do moderno, da evolução, do rural para o urbano, da agricultura para a indústria, culminando, assim, com a Revolução Industrial no fim desse século. A importância econômica da agricultura foi diminuída paulatinamente, pois a indústria passou a ter mais relevância por causa da sua rentabilidade; nesse sentido, o rural, de um lado, passou a ser visto como espaço de retrocesso; já o espaço urbano, no qual se

encontravam as indústrias, como o atualizado e o desenvolvimento (PÉREZ, 2001).

Kageyama (2008) afirma que a ruralidade tem uma essência geográfica e que de alguma forma o rural consiste em uma área afastada, isolada, além de ver uma mudança com relação a esse pensamento: “definições ingênuas (rural como sinônimo de atraso ou de resistência a mudanças) ou simplistas (rural como agrícola) estão definitivamente afastadas das disciplinas acadêmicas e das principais instituições políticas”. A autora refere que o rural não compõe uma entidade de cunho teórico ou analítico com ânimo explicativo; desse modo, é uma base territorial com características específicas e com níveis de complexidade, desde os aspectos físicos, como abundância de superfícies verdes ou naturais, até atitudes e representações simbólicas da ruralidade. Percebe-se que há uma gama de discussão a respeito da definição de rural, mas para Kageyama (2008) há um consenso nos seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm baixa densidade populacional; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Diante disso, para compreender um determinado espaço rural e todas as suas especificações, se faz necessário esmiuçar a tipologia e os processos do desenvolvimento rural, suas dimensões e processos, objeto do próximo tópico.

### **Tipologia, histórico e processos do desenvolvimento rural no Brasil**

O objetivo desse item é ampliar a discussão a respeito do desenvolvimento rural e as possíveis formas para alcançá-lo. De forma inicial, conceituar o desenvolvimento rural é perceber que essa designação revela certa complexidade. Em outros termos, “a heterogeneidade define o mundo rural”, de acordo com o Relatório de 2007 do Banco Mundial. Com base nessa premissa, constata-se que não há uma política única, ou ideal, de desenvolvimento rural, dados os distintos territórios, culturas e técnicas. Faz-se necessário compreender o desenvolvimento do Brasil rural por meio da regionalização de seu território, em que as estruturas, institucionais, políticas, econômicas e sociais são distintas e têm diferentes graus. Além disso, há uma diversidade teórica, pois não há uma teoria universal, uma vez que as bases teóricas estão em construção, através de múltiplas perspectivas analíticas (CONTERATO et al., 2009).

Costabeber et al. (2003) defendem o desenvolvimento rural como um processo gradativo de mudança que “encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental”. Segundo Pérez (2001), tais propostas de desenvolvimento rural compreendem “un proceso de mejora del nivel del bienestar de la población rural y de la contribución que el medio rural hace de forma más general al bienestar de la población en su conjunto, ya sea urbana o rural, con su base de recursos naturales”.

O desenvolvimento rural também pode ser analisado a partir de quatro dimensões, compreendidas da seguinte forma: 1) **dimensão econômica**: relaciona-se com as condições estruturais e o desempenho econômico no *locus*, considerando para tanto variáveis como renda, diversificação da produção e produtividade; 2) **dimensão sociocultural**, verificam-se aspectos relacionados à qualidade de vida,

expressos a partir das variáveis que se relacionam com educação, saúde e assistência social; 3) **dimensão político-institucional** está atrelada às políticas direcionadas ao desenvolvimento dos assentamentos, e, por fim, 4) **dimensão ambiental**, remete às questões de sustentabilidade do ambiente, observadas a partir das variáveis, utilização dos recursos naturais e utilização de agrotóxicos (KAGEYAMA, 2008). Portanto, há de se tomar o desenvolvimento rural como um conceito amplo “[...] o qual está ancorado no tempo (trajetória de longo prazo), no espaço (o território e seus recursos) e nas estruturas sociais presentes em cada caso” como conceito ancorado no tempo (uma trajetória de longo prazo), no espaço (o território e seus recursos) e nas estruturas sociais presentes em cada caso” (KAGEYAMA, 2008).

O conceito de desenvolvimento está em transformação no espaço e no tempo, deixou de lado a ideia simplista do crescimento econômico e aumento da renda *per capita* e aproximou-se de outros enfoques, tais como equidade social, meio ambiente, qualidade de vida. Nessa linha, enfatiza Conterato (2008): “A outorga ao agricultor familiar de realizar com base nos recursos disponíveis as escolhas que melhor lhe convierem é uma das principais, senão a principal ferramenta de construção do desenvolvimento rural”.

Para a compreensão do desenvolvimento rural, se faz necessário considerar três enfoques: desenvolvimento exógeno, endógeno e a combinação desses dois, conforme Kageyama (2008), para quem o exógeno são forças externas, inseridas em regiões que estimulam esse fenômeno “[...] gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, pois atores e instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais”. Já o envolvimento das forças internas e externas de forma simultânea reflete no envolvimento dos atores rurais por redes locais. O meio rural, portanto, tem dinâmica própria, embora esteja com certa vinculação ao ambiente urbano. É necessário, assim, considerar o desenvolvimento rural “[...] como conceito ancorado no tempo (uma trajetória de longo prazo), no espaço (o território e seus recursos) e nas estruturas sociais presentes em cada caso”, no entendimento da autora. Nota-se uma mudança na ideia de desenvolvimento rural, antes percebida essencialmente ligada à especialidade técnica e produtiva, que passou a evidenciar os aspectos como diversidade e diversificação. Ou seja, outrora era requerido um desenvolvimento estrutural, formulado nas décadas de 1940 e 1950, a modernização da agricultura, responsável pelo sucesso e crise da agricultura, pois houve um avanço com relação a tecnologia aumentando a produtividade das lavouras, entretanto prejudicou o meio ambiente: a erosão dos solos a destruição das florestas e da biodiversidade genética, ocasionado pela forma produtiva do monocultor (CONTERATO, 2008). No âmbito internacional, a discussão sobre desenvolvimento rural ganha contornos emblemáticos a partir da modernização da agricultura, em que ocorreu a constatação da profundidade das transformações econômicas, sociais e ambientais. Em nível de Brasil, a partir da década de 1990, a problemática do desenvolvimento rural passou a ser uma preocupação relevante, principalmente quando a agricultura familiar passou a concentrar os esforços para o fortalecimento dos métodos de desenvolvimento em áreas rurais (CONTERATO, 2008).

Nessa área, destaca-se o pesquisador holandês Jan Dowe van der Ploeg, cujas discussões têm o enfoque mais na dimensão espacial e territorial e relações entre agricultores, mercados e instituições,

práticas sustentáveis ou não, mais ou menos autônomas, mais ou menos rentáveis, e nos impactos que resultam sobre as famílias e as economias locais. Para Ploeg et al. (2008), a apreciação da diversificação implica a busca de fortalecimento da base de recursos disponíveis aos agricultores e da aptidão constante por autonomia e liberdade frente a um contexto de oposição, privação e adversidade. Ou seja, para melhorar as condições de vida é salutar o entendimento da capacidade que determinado indivíduo/grupo social apresenta e a forma de lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, pelo Estado ou pelo mercado.

Ploeg et al. (2002) discutem sobre a noção de desenvolvimento rural e entendem que a expressão surgiu por intermédio de luta e debate sociopolítico, explicando que a mudança de entendimento do desenvolvimento rural para além do setor agrícola é uma mudança de paradigma, tendo sido necessária a elaboração de novas teorias que refletissem e representassem adequadamente as novas redes, práticas e identidades incorporadas nas práticas de desenvolvimento rural em todo o território europeu; no entanto, era essencial que o desenvolvimento rural fosse reconhecido como um processo, multinível, enraizado em tradições históricas, diferente do paradigma da modernização, pois a modernização da agricultura agenciou uma especialização contínua na produção agrícola e previa uma segregação da agricultura de outras atividades rurais, diferentemente da proposta do desenvolvimento rural, que prevê benefícios mútuos e situações ganha-ganha entre diferentes atividades que parecem tanto estratégicas quanto desejáveis.

De acordo com Conterato (2008), o desenvolvimento rural é um processo **multinível**, do global para o individual, e de relações entre agricultura e sociedade. Em um nível intermediário (locais e regionais) deve ser construído como um novo modelo para o setor agrícola, com atenção constante para as sinergias entre ecossistemas locais e regionais. Por fim, um terceiro nível é o do indivíduo, em que se destacam as novas formas de alocação do trabalho familiar. É considerado **multifacetado** porque se revela em um conjunto de novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, produção de especialidades regionais, entre outras, em que as propriedades possam assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com as empresas e com os setores urbanos. É também um processo **multiator**, pois em sua construção há uma multiplicidade de instituições envolvidas, dependendo de múltiplos atores e das redes entre esses atores.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural pode surgir como uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, inter-relações e redes. Repousando às vezes em um repertório cultural historicamente enraizado, mas marginalizado, esse nível ocorre quando operacionalizado ao nível do agregado familiar agrícola individual. Pode-se, assim, dizer que o desenvolvimento rural é multifacetado por natureza, pois há uma ampla gama de práticas diferentes e às vezes interconectadas. Entre elas, a gestão da paisagem, a conservação de novos valores da natureza, o agroturismo, a agricultura biológica e a produção de produtos de alta qualidade e específicos da região.

Já para Schneider (2004) que deve haver combinação do aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável). Ademais, o desenvolvimento rural também se preocupa com a reconfiguração dos recursos rurais. Terra,

mão de obra, natureza, ecossistemas, animais, plantas, artesanato, redes, parceiros de mercado e relações cidade-campo, todos têm de ser reformados e recombinaados, alertando que não é apenas o acréscimo de "coisas novas" às situações já estabelecidas, mas de realidades emergentes e historicamente enraizadas que estão reaparecendo. Ellis (1999) associa o desenvolvimento rural aos processos de redução de pobreza rural que procurem, por meio das estratégias de sobrevivência, aumentar as oportunidades e o potencial dos pobres rurais. Entende que o desenvolvimento rural é um conjunto de práticas que objetiva a diminuição da vulnerabilidade das famílias, reorientando as ações para uma interdependência dos agricultores em relação aos agentes externos, resultando autonomia nos procedimentos decisórios e no fortalecimento de ações e estratégias. Nesse sentido, "Dadas las especificidades y particularidades del espacio rural, determinadas por las condiciones sociales, económicas, ambientales y tecnológicas, el desarrollo rural se refiere a un proceso evolutivo, interactivo y jerárquico de sus resultados, manifestándose en los términos de esa complejidad y diversidad en el plan territorial." (SCHNEIDER et al., 2006).

No entendimento de Accarini (1987) "para promover esse processo o governo pode formular e pôr em prática um elenco de distintos instrumentos de política, com os objetivos de modificar a realidade socioeconômica do meio rural e de influir nas decisões dos produtores através de medidas direcionadas". E esse direcionamento pode ser relacionado ao uso produtivo da terra, emprego de tecnologias mais eficientes de produção e comercialização. O setor rural poderá superar os desafios peculiares e do inter-relacionamento com outros setores, a partir dessas medidas, cumprindo, assim, as funções no processo de desenvolvimento, sendo autossustentado. Não obstante o desenvolvimento rural depender da adequação e manipulação de diferentes instrumentos, "não se pode ignorar os efeitos de políticas macroeconômicas de aspecto mais amplo como a fiscal, a monetária e a cambial e, até mesmo, os de ações empreendidas por outros países" (ACCARINI, 1987).

No Brasil, "o desenvolvimento rural passou a ser uma preocupação relevante principalmente a partir da década de 1990, quando a agricultura familiar passou a centralizar esforços para o fortalecimento dos processos de desenvolvimento em áreas rurais" (CONTERATO, 2008). Há diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento rural, podendo ser agrupadas por autores: 1) Veiga (2005) e Abramovay (2000) defendem que as políticas de intervenção no meio rural devem estar centradas na diversificação das economias locais, através do favorecimento de sinergias entre a agricultura e os setores secundário e terciário das economias locais; 2) Silva (1985) afirma que o novo modelo de desenvolvimento rural deve ser assentado na geração de empregos não agrícolas no meio rural; 3) Guanzirolli et al. (2001) baseiam-se na defesa de políticas agrícolas e agrárias específicas para o segmento da agricultura familiar; 4) Navarro (2001) entende que o desenvolvimento rural deve passar prioritariamente pela construção de processos de democracia e de participação popular no meio rural; 5) Maluf (2002), acreditam que as estratégias de desenvolvimento rural devem ser baseadas na criação de novas condições para a inserção dos produtos, agrícolas e não agrícolas, e dos serviços oferecidos pela agricultura familiar, mas fora dos mercados tradicionais de *commodities* agrícolas. A discussão sobre o tema tem recuperado seu espaço com a



preocupação dos estudiosos com quatro apontamentos, a partir dos quais “se preconiza a retomada do debate sobre o desenvolvimento rural: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental”, conforme Schneider (2004).

No item seguinte há a discussão da multifuncionalidade da agricultura familiar ou seja a valorização da dimensão não agrícola do rural e as possibilidades ofertadas que possibilita o alcance do desenvolvimento rural.

### **A Multifuncionalidade Na Agricultura Familiar**

Esse tópico apresenta o espaço rural da produção familiar, conceituações, os tipos de agricultores familiares, o marco legislativo, a perspectiva e a importância da agricultura familiar, bem como a transformação na agricultura familiar, por meio da multifuncionalidade, que é marcada pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. O objetivo é entender a agricultura familiar e as funções da multifuncionalidade para a posteriormente associar ao desenvolvimento rural.

Lamarche (1993) conceitua a agricultura familiar como “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Conforme Soglio (2016): “Em todas as regiões do planeta, a agricultura familiar é extremamente significativa, não só por envolver a maior parte dos agricultores, como por contribuir preponderantemente para a alimentação das populações. E isso ainda ganha em importância nas regiões mais duramente fustigadas pela fome”.

Gasson et al. (1993) definem de forma mais minuciosa a agricultura familiar, tecendo relações entre a propriedade e o grupo doméstico, bem como as características existentes nos estabelecimentos agropecuários atualmente, como as de cunho mais empresarial e as familiares. Há o apontamento de características considerando fatores como a natureza da própria ocupação, do trabalho dos membros e a junção entre a administração e controle dos negócios do estabelecimento, além do processo de sucessão. Com base nesses autores, as características da agricultura familiar são: a) a gestão se encontra nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos; b) os proprietários do empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) é responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento; d) o trabalho é feito pela família; e) o patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração; f) os membros da família vivem no estabelecimento agropecuário

As propriedades da agricultura familiar são encontradas em extensas e importantes regiões do Brasil, estando presentes em mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de aproximadamente 28 milhões de hectares e envolvendo 8,6 milhões de pessoas (MELO et al., 2019). Os empreendimentos familiares têm como características principais: eles são administrados pela própria família e neles há trabalho direto desta, com ou sem o auxílio de terceiros. A gestão e o trabalho braçal são predominantemente familiar, sendo a propriedade rural considerada apenas como um estabelecimento familiar e ao mesmo tempo com a produção voltada apenas para o consumo (DENARDI, 2001).

O Censo Agropecuário de 2017, levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, apresenta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, representando 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, totalizando 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção nas propriedades agropecuárias. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (MAPA, 2020; IBGE, 2019).

A agricultura familiar é constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças. A gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado (MAPA, 2020).

Wanderley (2003) destaca que “a agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica”. É considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Conforme a legislação, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público.

Outrora denominada de agricultura de subsistência – até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública com alcance nacional, direcionada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, não recebendo praticamente nenhum apoio governamental desde o período imperial: “constata-se, ainda, que durante o processo de modernização da agricultura brasileira (décadas de 1960 e 1970), as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados” (MATTEI, 2014), ficando este segmento à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, principalmente nos itens atinentes ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

A reflexão sobre as potencialidades da agricultura familiar e a indução para o desenvolvimento parte do reconhecimento da diferenciação, para o fortalecimento das potencialidades da agricultura familiar é necessário dirimir os bloqueios (ausência de infraestrutura, de assistência técnica, de crédito etc.), aumentando, assim, as possibilidades de o agricultor familiar atingir seu modelo ideal de funcionamento de

acordo com seus anseios, ampliando sua capacidade, conforme já descrita por Amartya Sen: “O desempenho da agricultura familiar reflete um conjunto amplo de condicionantes, desde a disponibilidade de recursos, a inserção socioeconômica, a localização geográfica, as oportunidades e a conjuntura econômica, as instituições e valores culturais da família” (BUAINAIN et al., 2003).

Por sua vez, Buainain (2006) adverte sobre a perspectiva da agricultura familiar, a qual “[...] depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar”. Além de reconhecerem e potencializarem as vantagens e oportunidades terão que “[...] neutralizar ou reduzir desvantagens competitivas que enfrentam em função da dotação de recursos, em particular as associadas à escala”, sendo necessário o reconhecimento das possibilidades da agricultura familiar, objeto de discussão do próximo tópico.

### **Valorização da dimensão não agrícola do rural e as possibilidades ofertadas**

A partir da década de 1990, ocorreu uma mudança de percepção responsável pela construção de um modelo de agricultura. Antes, a forma de produção era associada ao atrasado, imprópria e ineficiente. Posteriormente, passou a ser considerada como eficiente, solidária e sustentável, e o agricultor familiar passa a ser visto no cenário político nacional. Por conseguinte, há o reconhecimento de que a agricultura familiar pode ser vista para além da produção de alimentos e matéria-prima; antes excluída das políticas e projetos de desenvolvimento, passa a ser revalorizada, em que o espaço rural seja valorizado além do ponto de vista econômico, social e ambiental, ou seja, passa a desempenhar novas funções, tornando-se responsável também pela disponibilidade e qualidade dos alimentos, conservação dos recursos naturais, preservação do patrimônio cultural e reprodução socioeconômica das famílias rurais (WANDERLEY, 2003). É a multifuncionalidade da agricultura rural.

O meio rural pode ter um alargamento de horizontes quando visto além de uma visão simplesmente geográfica de sustentação de um setor (a agricultura). Não apenas notado como base de um anexo diversificado de atividades e de mercados possíveis, é importante ressaltar que, além dos fatores “naturais”, as instituições presentes no território são ímpares para fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica (ABRAMOVAY, 2000). O alargamento de horizontes é manifestado por meio da multifuncionalidade, cuja gênese desse conceito começa a ser discutida após a Revolução Verde, entre a década de 1960 e 1970, revolução esta que privilegiou apenas o econômico, impondo um novo padrão de produção para a agricultura, mecanização, monocultura, mudanças essas apontadas como prejudiciais, pois afetaram o meio ambiente e trouxeram problemas sociais pelo predomínio da agroindústria e concentração fundiária. Severas críticas a esse modelo começaram a ser lançadas, tornando-se campo fértil para o surgimento do conceito de multifuncionalidade rural.

Portanto, o modelo produtivista da agricultura gerou sérios problemas, e o conceito de multifuncionalidade surge na tentativa de solucioná-los. O conceito desenvolvido no contexto europeu,

especificamente na França, foi resultado de uma reforma da política comum (Projeto de Assentamento Conjunto - PAC), cuja orientação tinha uma conotação mais social, menos produtivista e exportadora, atrelada ao intuito de adaptar-se às legislações agrícolas e ao desenvolvimento rural de vários países (ABRAMOVAY, 2000).

No Brasil, esse conceito foi pronunciado pela primeira vez em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Por ser um conceito de origem estrangeira, foi “visto como modismo, ou exercício de transposição artificial, incapaz, portanto, de explicar a realidade do nosso país”, conforme Wanderley (2003), que denuncia a crítica e discorda dela utilizando dois argumentos: “em primeiro lugar, de que a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa e multifacetária faz parte da já antiga e profunda tradição dos estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar do Brasil”, e o outro argumento é: “a afirmação de que o reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura se inscreve neste quadro de análise reforça os argumentos de defesa e legitimação da agricultura familiar” (p. 9). Segundo Soares (2000, 2001), na discussão do conceito de multifuncionalidade identificam-se as seguintes “funções-chave da agricultura: a) contribuição à segurança alimentar; b) função ambiental; c) função econômica; d) função social”.

Maluf (2003) relata que “a multifuncionalidade da agricultura surgiu justamente para chamar a atenção para outras funções além da função primária de produzir bens (alimentos e fibras) convencionalmente atribuída à agricultura”. Para o autor, a assimilação e a operacionalização da abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil requerem dar conta de quatro planos de análise: relativos aos agricultores, aos territórios, à sociedade em geral e às políticas públicas. Para Sabourin (2008), a multifuncionalidade é conceituada como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade”.

Para Soares (2000, 2001), a “agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos”. O que diferencia a multifuncionalidade é a abordagem, por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural, destacando outras contribuições não somente de bens privados, rompendo, assim, com o enfoque setorial, atribuindo à agricultura outras funções além da produção de alimentos. Dessa forma, “ela se torna responsável pela conservação de recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), pelo patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade de alimentos; ademais favorece a passagem do ‘agrícola’ para o familiar e o rural” (CARNEIRO et al., 2003).

A multifuncionalidade tem diferentes contribuições, que se esforçam a responder questões diversas, desde a natureza do processo produtivo agrícola e os impactos socioambientais até a dinâmica de reprodução das famílias rurais e de ocupação do espaço social agrário, oferecendo uma nova compreensão sobre o papel da agricultura e o rural nos processos econômicos, social, político e no desenvolvimento (CARNEIRO et al., 2003). Entretanto, para a efetivação da multifuncionalidade, é de extrema importância a intervenção do Estado, que aja no reconhecimento das múltiplas funções que a agricultura de base familiar desempenha na sociedade, e por meio de políticas públicas acertadas exista o fortalecimento da agricultura

familiar, gerando, assim, um papel importante no desenvolvimento rural, cujo escopo vai ao encontro do conceito de desenvolvimento adotado nesta pesquisa, ou seja, a inclusão dos aspectos sociais, ambientais e culturais no processo de desenvolvimento (CANDIOTTO, 2009).

Maluf (2003), economista, pesquisador brasileiro, no trabalho *A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira*, analisa as possibilidades oferecidas pela noção da multifuncionalidade em face das peculiaridades da realidade rural brasileira, asseverando que as funções não se manifestam de forma igual nos espaços e territórios, tendo em vista que a manifestação depende de particularidades de cada contexto, se diferenciando na forma de apresentação, simultânea ou não, e as articulações que se estabelecem entre elas.

O projeto "Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil", conduzido de 2006-2008 por pesquisadores de várias Instituições de Ensino e Pesquisa, desenvolvido por uma rede interinstitucional de pesquisadores constituída em 2000 e que contou com apoio do Núcleo de Estudos de Agricultura e Desenvolvimento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), identificou quatro funções que devem atender a agricultura familiar multifuncional: reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CARNEIRO et al., 2003).

De acordo com Carneiro et al. (2003), no projeto de pesquisa mencionado anteriormente, consideraram dentro das possibilidades permitidas pelas informações levantadas as quatro dimensões principais abrangidas pela multifuncionalidade da agricultura, a saber: "a) dinâmica de reprodução das famílias rurais; b) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; c) questões de identidade, integração social e legitimidade relativa às famílias rurais; d) relação com o território e com a natureza".

O enfoque da multifuncionalidade da agricultura remete a quatro níveis de análise: 1) as famílias rurais; 2) o território; 3) a sociedade; 4) as políticas públicas. Os territórios diferenciam-se quanto à presença simultânea de várias funções e à articulação que se estabelece entre elas. São as funções: reprodução socioeconômica das famílias rurais: trata da geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais se manterem no campo em condições; promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade: a segurança alimentar é aqui considerada nos sentidos da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade destes; manutenção do tecido social e cultural: está relacionado à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, o uso sustentável dos recursos naturais e, principalmente, com o confronto entre as práticas agrícolas (algumas tradicionais) e aspectos da legislação ambiental (BONNAL et al., 2008).

A reprodução socioeconômica das famílias rurais é de suma importância, pois evita o êxodo rural e permite uma vida no campo de forma digna: "esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto

de elevado desemprego e de renda real constante ou declinante” (MALUF, 2003).

Spavanello (2008) destaca que a ideia de reprodução social abarca as dimensões da produção de bens materiais e a organização social dessa produção através do trabalho, destaca ainda uma divisão em torno da questão da reprodução social: a reprodução cotidiana (ou diária); e a reprodução das gerações futuras. Tedesco (1999) refere que a reprodução de novas gerações de agricultores está intimamente relacionada à produção e à reprodução dos estabelecimentos e dos indivíduos nela envolvidos. A ideia traz consigo a perspectiva de continuidade dos indivíduos e/ou grupos sociais.

Gasson et al. (1993) afirmam que para garantir a continuidade da atividade é vital a transmissão do patrimônio e da gestão da propriedade por intermédio das sucessivas gerações familiares, ou seja, a sucessão representa a transferência do controle ou da gestão da propriedade à próxima geração; desse modo, a sucessão está estreitamente ligada à reprodução intergeracional, com substituição das antigas gerações pelas mais novas na gestão das propriedades. Tradicionalmente, o modelo sucessório da agricultura familiar é dado pela permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade, obedecendo a uma organização interna familiar demarcada pela autoridade paterna.

No que concerne à promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, ela se refere ao acesso aos alimentos e também à qualidade desses alimentos “Esse campo abrange a produção para o autoconsumo e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnicas produtivas e os canais principais de comercialização da produção” (CARNEIRO et al., 2003).

A manutenção do tecido social e cultural diz respeito, segundo Cazella et al. (2009), à contribuição da agricultura na definição da identidade e condição da inserção social das famílias rurais. Nesse sentido, para Maluf (2003), a agricultura é um importante definidor de identidade social das famílias rurais brasileiras: “a relação entre agricultura e identidade social, num quadro de redução da importância econômica da produção mercantil de alimentos, exige valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas, tais como modo de vida, as relações com a natureza, com parentes e vizinhos (sociabilidade) e a produção de alimentos para a própria família”. Para Maluf (2003), “a agricultura continua sendo o principal definidor de identidade social das famílias rurais brasileiras e é nesta condição que se dá a inserção social dessas famílias e que se definem, em grande medida, seus padrões de sociabilidade”.

De forma mais específica, é salutar abordar aspectos do conceito de cultura, que, para Laraia (2005), foi definido por Tylor (1832-1917): “é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem, membro de uma sociedade”, sendo um conceito antropológico. É notório o potencial da agricultura familiar, para o alcance da sustentabilidade da agricultura, todos os meios para o fortalecimento é indispensável, tornando-a, como protagonista no papel expressivo de agente do desenvolvimento rural. E uma das formas é pensar na agricultura familiar em diferente abordagem, valorizando além do econômico, a dimensão não agrícola do rural, esta que se materializa em um espaço, território, havendo uma integração do econômico, cultural e ambiental, sendo necessário uma modificação nas relações entre agricultores e outros atores e nas práticas habituais dos empreendimentos familiares. O desafio é a consolidação de um desenvolvimento

sustentável e libertatório, com o estabelecimento de consentimento mútuo dos atores com o interesse no desenvolvimento e com ações coordenadas em conjunto. Conforme Claval (2007), a cultura de um povo é decorrência dos saberes, das técnicas, dos valores e conhecimentos comunicados entre as gerações; não é um conjugado inerte, e, sim, dinâmico, devido ao agrupamento de inovações externas a ela ou pela própria dinâmica interna da sociedade. Mesmo com todas as modificações do território rural, a cultura tem a aptidão de se propagar por meio da memória coletiva, lembranças e vivências. Assim, identificando os traços culturais instituídos e reproduzidos no cotidiano, é possível perceber como é a relação do homem com o meio e com os outros indivíduos.

No que tange à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, ela se refere ao “uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem e a preservação da biodiversidade” (CARNEIRO et al. 2003). Já para Conti (2014), a paisagem é produto de uma convergência de processos atmosféricos, geomorfológicos, hidrológicos e antrópicos. A ação humana acrescenta novos elementos que modificam as paisagens: econômicos, culturais, sociais e políticos que interatuam com os biofísicos proporcionando uma diferente fisionomia ao ambiente, ou seja, fazendo alterações na paisagem: “as paisagens rurais são o resultado da ação de agentes econômicos privados, numa estrutura produtiva privada, mas são um bem público, em virtude de todos se beneficiarem dela não só no presente, como também no futuro. Uma parte dos bens produzidos são bens não comercializáveis, como é o exemplo o bem-estar” (GALVÃO et al., 2010). Ao perceber a paisagem como realidade integrada e ativa, converge “para acentuar a unidade da geografia e diluir as fronteiras entre o social e o natural, robustecendo a singularidade de uma ciência que associa de forma inteligente fatos heterogêneos e diacrônicos” (CONTI, 2014).

Portanto, pelo que foi exposto até aqui, fica claro que, por meio do entendimento das funções da multifuncionalidade, percebe-se que esta e o desenvolvimento rural são relacionais, pois “o desenvolvimento rural, associado à concepção da multifuncionalidade da agricultura, representa uma mudança de paradigma em relação aos postulados da modernização da agricultura” (SILVEIRA, 2003). Sendo assim, a multifuncionalidade se configura em ponto de partida e de chegada da proposta. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento rural deve ter como fundamento a busca por sistemas produtivos que combinem “[...] o aspecto econômico (aumento do nível e da estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental, e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)” (KAGEYAMA, 2008). A multifuncionalidade possibilita o reconhecimento e a legitimação das múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar e as suas inúmeras contribuições para o desenvolvimento rural. É um instrumento eficaz, um meio para as áreas rurais se desenvolverem; entretanto, é indispensável a conexão das dimensões econômica, social e cultural. As políticas públicas deverá considerar a multifuncionalidade como instrumentos para ajudar no desenvolvimento rural do território, para isso é necessário primeiro o equacionamento das diversas necessidades estabelecidas pelo meio rural, como as fundamentais: infraestrutura, habitação, saúde, educação, fomento a agricultura, buscando-se uma melhor qualidade de vida das populações rurais.

## CONCLUSÃO

Partindo da premissa de que o desenvolvimento rural não é sinônimo de modernização agrícola, tampouco de urbanização do campo, por outro lado entende-se que ele se relaciona aos processos e ações que contribuem na melhoria das condições objetivas de reprodução social das populações rurais e também influencia nas relações das populações e do espaço rural com os demais processos de mudança econômico-ambiental, técnico-tecnológico, sociocultural, político-institucional, ético-moral, em uma gama mais ampla de relações com toda a sociedade. Verificou-se por meio da literatura que há contribuição da multifuncionalidade da agricultura familiar no desenvolvimento rural, pois o entendimento da multifuncionalidade da agricultura permite valorizar a agricultura familiar, estabelecendo um contato entre a atividade agrícola e o território. Infere-se a articulação da agricultura com o desenvolvimento, pois o caráter multifuncional integra a função social na função econômica da agricultura.

A multifuncionalidade agrícola é favorável ao desenvolvimento local, o fato é que a diversidade de atividades e funções torna o sistema econômico e as interações entre os atores sociais muito mais complexos. No entanto, a política de desenvolvimento pode ser multifuncional e regulamentada pela organização comunitária. Além disso, a apropriação coletiva dos lucros geridos pelas atividades econômicas pode ser reinvestida na própria região, diversificar as atividades econômicas e garantir uma maior multifuncionalidade do espaço regional (MACHADO, 2020). Percebe-se que o benefício das funções da multifuncionalidade da agricultura familiar: a reprodução socioeconômica da agricultura familiar gera oportunidades para a dinamização da economia local, cujos benefícios perpassam a esfera familiar, a promoção de a segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais abrange a produção para o autossustento familiar e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção. Com relação a manutenção do tecido social e cultural, verifica-se que a cultura acumulado ao longo de anos, perpassado por um processo de vivência no campo, pelo conhecimento do cotidiano, renovado e experimentado com o passar do tempo de forma artesanal, como benefício tem -se à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social. A preservação dos recursos naturais e da paisagem rural é uma dimensão referente ao uso adequado dos recursos naturais ligada diretamente à relação em si dos assentados com o ambiente, com conhecimentos técnicos e filosofia de vida do desenvolvimento sustentável, gerando um benefício para as famílias rurais e o meio ambiente.

Nesse sentido, para a multifuncionalidade se manifestar inteiramente com todas as funções, deverá existir uma ampliação das capacidades (humanas, políticas, culturais, técnicas), é importante reconhecer que o desenvolvimento se apoia em indivíduos, em ambientes rurais dinâmicos. Indo além da premissa de produzir alimentos, esse setor contribui com bens públicos, estes que antes não eram considerados. As políticas de desenvolvimento rural devem se concentrar no fortalecimento de constelações comprovadas e no apoio ao surgimento de novas. Um elemento particularmente decisivo é a combinação do "velho" com o "novo".



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ACCARINI, J. H.. **Economia Rural e Desenvolvimento: reflexões sobre o caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1987.
- BAGLI, P.. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2006.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S.. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.185-227, 2008.
- BUAINAIN, A. M.. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C.. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.10, p.312-347, 2003.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.
- CANDIOTTO, L. Z. P.. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19. **Anais**. São Paulo, 2009.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S.. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CLAVAL, P.. **A geografia cultural**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
- CONTERATO, M. A.. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E.. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre, UFRGS, 2009.
- CONTI, J. B.. Geografia e Paisagem. **Ciência e Natureza**, Santa Maria, v.36, p.239-245, 2014.
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R.. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H.. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria, p.157-194, 2003.
- SOGLIO, F. K.. A agricultura moderna e o mito da produtividade. In: SOGLIO, F.; KUBO, R. R.. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p.11-38.
- DENARDI, R. A.. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, 2001.
- ELLIS, F.. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. London: Oxford University, 1999.
- ENDLICH, Â. M.. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M.. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.11-31.
- FAVARETO, A. S.. A longa evolução da relação rural urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v.1, n.1, p.157-190, 2007.
- GALVÃO, M. J.; VARETA, N. D.. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Cadernos Curso de Doutorado em Geografia**, Porto, p.61-86,
- GASSON, R.; ERRINGTON, A.. **The farm family business**. Wallingford: CAB International, 1993.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A. R.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; BITTENCOURT, G.. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HITE, J.. **The Thünen model as a paradigm for rural development**. Carolina do Sul: Clemson University, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2019.
- KAGEYAMA, A. A.. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso Brasileiro**. Porto Alegre, 2008.
- KÜHN, D. D.. Desenvolvimento Rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 20, n.2, p.11-30, 2015.
- LAMARCHE, H.. Introdução geral. In: LAMARCHE, H.. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, 1993.
- LARAIA, R. B.. **Cultura: um conceito antropológico**. 18 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LIBERMAN, A.. **Word Origins... and how we know them: Etymology for everyone**. London: Oxford University Press, 2009.
- MACHADO, G. B.. **Multifuncionalidade da agricultura familiar: a diversificação das atividades no sertão semiárido da Bahia**. Curitiba, 2020.
- MALUF, R. S.. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira**. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R.. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

MALUF, R. S.. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J.. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002. p.301-328

MATTEI, L.. **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis: Insular, 2014.

MELO, R. F.; VOLTOLINI, T. V.. **Agricultura familiar dependente de chuva no Semiárido**. Brasília: Embrapa, 2019.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar**. Brasília, 2020.

NAVARRO, Z.. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.83-100, 2001.

PÉREZ, E.. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, N.. **¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, 2001.

LOEG, J. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; GUZMÁN, E.; VENTURA, F.. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.391-408, 2002.

PLOEG, J. D.; MARSDEN, T.. **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

SABOURIN, E.. **Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso semiárido brasileiro**. Brasília, 2008.

SCHNEIDER, S.. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v.6, n.11, p.88-125, 2004.

SCHNEIDER, S.. Introdução. In: SCHNEIDER, S.. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P.. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, W.; LATTUADA, M.. **Desenvolvimento Rural**. Organizações, Instituições e Território. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis, 2005.

SILVEIRA, M. Â.. Multifuncionalidade da agricultura familiar em Araras (SP) e os desafios à pesquisa agropecuária. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p.123-134.

SILVA, F. J. G.. **O que é questão agrária**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, A. C.. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 87, p.40-49, 2001.

SPANVELLO, R. M.. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TAVARES, L. A.. As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativo- demográfica. **O espaço geográfico em análise**, Curitiba, n.7, p.33-46, 2000.

VEIGA, J. E.. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WANDERLEY, M. N. B.. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003, p 9-16.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da Sustenere Publishing, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.